



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

COMUNICADO

Três assuntos aos quais o MEC deve respostas aos professores:

- Respostas às Reclamações dos Pedidos de Mobilidade por Doença Indeferidos -
 - Rescisões por Mútuo Acordo -
- Reposicionamento e Pagamento de Retroativos aos Docentes do Índice 245 -

O SPLIU considera imperioso que o MEC dê, a curtíssimo prazo, respostas cabais e inequívocas aos professores sobre três relevantes assuntos.

Considerando o que parece ter sido, em muitos casos, o indeferimento aleatório de uma pequena percentagem de pedidos de mobilidade por doença, com ausência de fundamentação precisa e objetiva, impõe-se que o MEC, proporcione, em tempo útil, ou seja, antes do início do ano letivo (aulas), as devidas respostas aos reclamantes, de forma a tornar transparente, isento e justo este processo.

Chegados ao último dia útil do mês de agosto, constata-se que o MEC/Ministério das Finanças ainda nada decidiram sobre os cerca de 3.800 pedidos de rescisão por mútuo acordo formulados por professores. Para além da decisão não ter sido tomada no timing adequado para o efeito, acresce ao facto, de que o MEC terá dado instruções às Escolas para que seja distribuído serviço para o ano escolar de 2014/2015 aos docentes nesta situação, frustrando, em muitos casos, as suas legítimas expectativas! Dados os contornos sensíveis deste processo, é imperativo que o Governo dê rapidamente uma resposta eficaz e eficiente a este assunto.

O anúncio que os docentes posicionados no índice 245, com mais de 5, e menos de 6 anos de serviço, à data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 75/2010, de 23 de junho, constatariam o efetivo reposicionamento no índice 272 e o recebimento dos retroativos devidos desde 2011, com o processamento do vencimento relativo ao mês de agosto (22/08), saiu gorado, gerando um enorme desagrado aos docentes que se encontram nesta situação, que esperam há mais de três anos, para que este assunto seja definitivamente solucionado. A resposta do MEC/Ministério das Finanças a este assunto é urgente e imperiosa

Num Estado Direito Democrático, em que é suposto o Estado ser uma pessoa de bem, que honra sempre os seus compromissos, constitui a premissa que o SPLIU privilegia para exigir ao Governo que proporcione urgentemente as respostas que deve aos professores interessados sobre os assuntos atrás explicitados.

Lisboa, 29 de Agosto de 2014

A Direção Nacional do SPLIU